



## Resumo de Atividades

Apresentamos a Vossas Excelências um resumo das atividades desenvolvidas pela **Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJPE)** durante o primeiro ano da Gestão 2020 | 2022: Para sua excelência, a sociedade, a melhor prestação de serviço judicial, iniciada em 4 de fevereiro de 2020. Os trabalhos foram realizados pelos seguintes setores: Gabinete, Assessoria Especial, Assessoria Técnica, Secretaria Geral, Secretaria Judiciária, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria de Tecnologia da Informação, Corregedorias Auxiliares e Auditoria.

1. Cumprimento de **todas as três metas e diretrizes** apresentadas pela Corregedoria Nacional de Justiça em 2020: **Meta 1** – Obrigatoriedade do uso do sistema uniformizado único Processo Judicial eletrônico da Corregedoria (PJeCor); **Meta 2** – Julgar 100% de investigações preliminares, sindicâncias e outros procedimentos de natureza disciplinar, quaisquer que sejam suas denominações, instaurados contra magistrados e tenham sido autuados até 31 de dezembro 2018; e **Meta 3** – Julgar 80% de investigações preliminares, sindicâncias e dos procedimentos de natureza disciplinar contra magistrados no prazo de 140 dias a partir da autuação;
2. Tramitação de 526 ofícios, 216 comunicações e oito requerimentos, totalizando **750 documentos tramitados** via Malote Digital pela Secretaria Geral da CGJPE. A unidade, também por meio da Chefia de Gabinete, recebeu **5.071 e-mails** e realizou o envio de **2.972 mensagens** por correio eletrônico. A respeito do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), foram **2.301 processos** tramitados pela Secretaria, **1.778 documentos** gerados e **270 processos** iniciados;



3. Através da Assessoria Especial, recebimento de **236 demandas** oriundas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Houve também o recebimento de **144 procedimentos** no âmbito do Processo Judicial eletrônico (PJeCor Nacional e PJe Corregedoria Estadual), com arquivamento de **125 feitos**. No campo administrativo, ocorreu atuação/movimentação de 242 procedimentos no SEI, além do recebimento de 53 e-mails de tribunais estaduais, sendo a maioria com pedido de recambiamento de custodiado, e outras 256 mensagens via correio eletrônico com solicitações diversas;
4. Pela Assessoria Técnica, o setor recebeu 64 processos somados a 67 remanescentes, totalizando **131**. Dos processos, 25 foram instaurados, três sobrestados, **88 arquivados**, um pedido de reconsideração negado, um pedido de reconsideração parcialmente atendido, quatro demissões, nove repreensões, três multas, três suspensões e dois processos foram remetidos com recursos apreciados para Secretaria Judiciária a fim de serem encaminhados para o Conselho da Magistratura. Atualmente **um processo eletrônico** está em tramitação e **cinco processos** aguardam movimentação;
5. Por meio da Corregedoria Auxiliar do Sistema de Juizados Especiais e Colégios Recursais, emissão ou recebimento de **237 ofícios, despachos, pareceres, decisões, mandados e atas de Plantão**; e realização de Inspeção Geral Ordinária em 31 unidades judiciárias com base nos vetores de autoinspeção;
6. Tramitação de **38 processos eletrônicos**, com 470 movimentações e **26 arquivamentos**; e de **19 físicos**, sendo **12 encerrados** na Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância. A unidade também recebeu 2.290 procedimentos via SEI e gerou 468 nesse sistema. No total, ainda foram recebidos/despachados 2.289 e-mails e 1.135 enviados, além 177 procedimentos via Malote. Foram 4.424 movimentações entre ofícios, despachos, pareceres, decisões, etc;



7. Realização de correições extraordinárias nos quatros Distribuidores e Contadores da Capital, além das unidades judiciárias indicadas nos vetoriais de autoinspeção. No período, foram 1.090 movimentações entre ofícios, despachos, pareceres, decisões, etc. A gestão foi iniciada com **32 procedimentos** remanescentes, chegando a **119**. Atualmente encontram-se **22 em tramitação**;
  
8. **Instalação de Regime Especial na 1ª e na 2ª Varas da Comarca de Surubim** – 2ª Entrância – nos termos de proposição da CGJPE formulada e aprovada à unanimidade pelo Conselho da Magistratura e publicada na edição 149 do Diário da Justiça eletrônico (DJe), em 20 de agosto de 2020. Desde a instalação, no mês de agosto, são realizadas reuniões com a presença dos juízes titulares e auxiliares, chefes de secretarias e assessores dos magistrados e adoção de procedimentos específicos à cada unidade com objetivo de solucionar as cobranças feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
  
9. **Encerramento do Regime Especial na 1ª e na 2ª Varas da Comarca de Cabrobó**, com apresentação de relatório da Corregedoria da 1ª Entrância, em sessão de 13 de fevereiro de 2020 do Conselho da Magistratura, sobre a atividade realizada nas unidades. Tal Regime foi iniciado em 4 de novembro de 2019;
  
10. **Submissão de provimentos da CGJPE ao Órgão Especial do TJPE**, referendados à unanimidade, bem como ao **Conselho da Magistratura**, resultando, por exemplo, em designação de substituições em cartório de Registro Civil. Em 10 de dezembro de 2020, o Conselho também prolatou **cinco acórdãos de relatoria do desembargador-corregedor Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**, aprovados à unanimidade, em Processos Administrativos



*Para sua excelência, a sociedade, a melhor prestação de serviço judicial. Gestão 2020 | 2022*

Disciplinares (PADs) e Recursos Administrativos (RAs). Dentre os acórdãos, com base em relatoria da CGJPE, julgamento favorável à perda da delegação da Serventia do 4º Distrito de Registro Civil da Capital pelo antigo registrador. A unidade contou com uma interventora que, desde janeiro deste ano, se encontra como registradora em caráter interino;

11. Recebimento de **1.260 novas solicitações** na Seção de Buscas de Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito de pessoas hipossuficientes. No total, também foram **1.301 expedientes**, sendo 729 ofícios emitidos via e-mail ou Malote Digital e 572 mandados via Central de Informações do Registro Civil (CRC);
  
12. Organização e realização de eventos virtuais, rodas de conversa e cursos, a exemplo do I **Webinário do Programa Moradia Legal**, com a participação de **350 servidores** do Judiciário e do Executivo, advogados e registradores; e dos **Encontros Regionais do Poder Judiciário de Pernambuco – Gestão Participativa**, com a participação de aproximadamente **1,5 mil magistrados e servidores** de todas as 150 comarcas do Estado;
  
13. Ampliação do programa de regularização fundiária em área urbana de interesse social **Moradia Legal**, chegando a **50 cidades** de Pernambuco e mais de **3 mil famílias** beneficiadas com os títulos de propriedade. No mesmo sentido, formalização de parcerias ou articulações junto aos seguintes órgãos: Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), Fundação Apolônio Salles (Fadurpe) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) e Ordem



*Para sua excelência, a sociedade, a melhor prestação de serviço judicial. Gestão 2020 | 2022*

dos Advogados do Brasil (OAB), além da Associação de Registradores de Imóveis de Pernambuco (Aripe);

14. Realização de **três leilões virtuais** de bens apreendidos em processos criminais. As duas hastas de Bom Conselho e uma de Belém de São Francisco garantiram a arrecadação **65,3 mil reais**, valor três vezes maior que a avaliação inicial dos carros, motos e sucatas colocados em leilão. Dos 71 itens, 61 foram arrematados. A Assessoria Especial também realizou cadastramento de quatro leiloeiros para realização de, ao menos, 12 leilões em 2021;
15. Por meio de gráficos e sistemas implantados pela Auditoria de Inspeção, realização de acompanhamento de mais de **7,8 milhões de expedientes** de Varas e Juizados – Processo Judicial eletrônico (PJe) e Judwin 1º Grau –, além de aproximadamente **8,3 milhões de movimentações processuais**;
16. Gestão do **Fundo Especial do Registro Civil de Pernambuco (Ferc/PE)** com base na Lei 16.879/2020. A nova administração estabeleceu gerenciamento financeiro que permitiu, dentre outros fatores, ampliar o superavit, passando de **R\$ 19.172,60** (dezenove mil, cento e setenta e dois reais e sessenta centavos), em março de 2020, para **R\$ 9.783.254,71** (nove milhões e setecentos e oitenta e três mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), em janeiro de 2021, com todos os atos gratuitos quitados;
17. Através da Assessoria Especial e da Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância, acompanhamento presencial e remoto de **20 juízes vitaliciandos**, com realização de reuniões e encontros presenciais, antes da pandemia, e virtuais;



*Para sua excelência, a sociedade, a melhor prestação de serviço judicial. Gestão 2020 | 2022*

18. Intervenção no 2º Distribuidor da Capital, por meio da Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância e da Corregedoria Auxiliar do Extrajudicial, com atuação de 11 servidores da CGJPE no levantamento da situação de **592 processos físicos e 239 eletrônicos**, totalizando **831 ações**, além das novas demandas e da emissão gratuita de certidões de tramitação de feitos a exemplo de inventário, tutela, curatela, adoção e indenização. Desses processos, **156** foram tidos como prioritários e **106 foram atendidos** até o momento;
  
19. Observação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da **Agenda 2030** da Organização das Nações Unidas (ONU), na elaboração de todos os atos publicados pela CGJPE;
  
20. Participação em atividades de inovação com servidores do Núcleo de Apoio aos Juízes, Auditoria de Inspeção e Assessoria de Tecnologia da Informação integrando **duas das quatro equipes vencedoras** do CrieJam, competição promovida pela Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) voltada à construção de mecanismos e sistemas para a melhoria de prestação de serviço à sociedade. Os projetos premiados foram o **Justiça Aqui**, em fase de implantação; e o **TJPE Atende e Explica**. A ATI, junto à Ascom, às Corregedorias Auxiliares e à Secretaria, promoveu ações quanto à simplificação e à orientação do uso de sistemas por magistrados e servidores, a exemplo do PJeCor, do Sistema de Informações da Corregedoria (Sicor) e do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud);
  
21. Lançamento do **novo portal da Corregedoria** no aniversário de 50 anos da CGJPE, em 12 de janeiro de 2021, com ambiente virtual responsivo, intuitivo e padronizado. No mesmo dia, disponibilização da página **Sistemas**, que reúne, atualmente, **44 sistemas** utilizados por magistrados e servidores divididos em nove categorias: Comunicação; Corporativos CNJ; Extrajudiciais; Gestão Estratégica – Auditoria – Inspeção; Infância e Juventude; Pesquisas



*Para sua excelência, a sociedade, a melhor prestação de serviço judicial. Gestão 2020 | 2022*

Patrimoniais; Prisional – Internação; Processuais; e Videoconferência. Em Sistemas, é possível encontrar informações sobre uso, cadastro, manuais e funcionalidades, por exemplo, do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (**BNMP 2.0**), do Processo Judicial eletrônico da Corregedoria (**PJeCor**) e do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (**Sisbajud**);

22. Disponibilização de todos os **contatos telefônicos** e **e-mails** de todos os setores da CGJPE para consulta da população, bem como de locais e horários de atendimento presencial e virtual à sociedade em <https://www.tjpe.jus.br/web/corregedoria/atendimento>; e

23. Produção de **80 matérias/notícias** veiculadas no site da Corregedoria, com informações a respeito de atendimento ao público durante a pandemia do novo coronavírus; funcionamento de cartórios; inspeções e correições; cursos e eventos realizados pela CGJPE e parceiros; vitaliciamento de magistrados; artigos de opinião, etc.

Atenciosamente,

**Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

Corregedor-geral da Justiça de Pernambuco

Recife (PE), 01 de fevereiro de 2021.